

Com medo do racha, Centrão já anuncia que não inverte pauta

Os parlamentares favoráveis ao mandato de cinco anos para o presidente Sarney "podem ser surpreendidos" caso ocorra uma votação antecipada na Constituinte sobre esses temas, pois o presidente Sarney "ainda não fez os ajustes necessários" para garantir esse período de Governo. A advertência é do líder do PFL, deputado José Lourenço (BA), que poucos minutos depois a repetia em telefonema ao deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), que está internado devido a uma cirurgia.

"Não podemos aceitar a inversão da pauta, pois nós nos arriscamos a perder. E se perdermos, racharemos o 'Centrão', disse Lourenço a Roberto Cardoso Alves, que também vem mantendo posição contrária à votação antecipada do mandato presidencial. Lourenço fez questão de telefonar a ele para advertir-lo quanto ao resultado da reunião de ministros com o presidente Sarney, na véspera, quando a estratégia para inversão da pauta teria sido acertada.

O líder José Lourenço vem defendendo, há dias, a tese de que uma reforma ministerial precisa ser feita antes que seja votada a duração do mandato, para assegurar a aprovação dos cinco anos, pois o atual ministério, segundo ele, "não reflete a base parlamentar do Governo", que estaria concentrada no Grupo "Centrão". Essa reforma, portanto, teria que beneficiar esse grupo para garantir o mandato de cinco anos. Mas Lourenço argumenta também que a inversão da pauta implica num acordo entre todas as lideranças e diz que já conversou com o líder do PT, Luís Inácio Lula da Silva, que teria se manifestado contrário à inversão.

Sant'Anna admite pedir antecipação

O líder governista na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (BA), afirmou ontem que está disposto a apresentar um requerimento à Mesa da Constituinte pedindo a inversão da pauta de votações, caso conclua, após vários contatos que vem mantendo, pela conveniência de votar primeiro o sistema de governo e a definição quanto à duração do atual mandato presidencial.

A primeira questão, segundo o líder do Governo, é saber se seria possível fazer um grande acordo que garanta a aprovação da tese da inversão em plenário. Em segundo lugar, de acordo ainda com Sant'Anna, está a necessidade de confirmar se a inversão é realmente vantajosa e, finalmente, se há uma forma regimental hábil a ponto de garantir o êxito de tal investida.

Sant'Anna prefere evitar dizer que o Governo "está interessado" na inversão da pauta. Segundo ele, o interesse do Governo se concentra atualmente na "análise" da questão. "O Presidente da República está aguardando o levantamento que as lideranças ligadas ao Governo estão fazendo da questão", frisou.

De qualquer modo, o deputado já adianta que a decisão imediata sobre mandato e forma de governo pode ser interessante politicamente "e para o País". Ele acredita que essa votação beneficiaria o Brasil, na medida em que o presidente Sarney teria condições de governar "sem contestações ou polêmicas" sobre seu mandato, o que lhe permitiria, segundo o líder governista, uma ação administrativa mas definida. Argumenta ainda que essa votação traria uma "despolarização" à Constituinte, na medida em que há duas correntes antagonistas a respeito: "a definição permitiria que o Governo fluísse com o máximo desempenho, tanto interna como externamente, diz Sant'Anna.

Do ponto de vista regimental, Sant'Anna observa que a inversão pode ser obtida através de projeto de resolução, mas um simples requerimento à Mesa da Constituinte pode ser utilizado com esse fim, embora seja necessária aprovação por 280 votos em plenário. A questão, segundo ele, é obter esses 280 votos. Mas ele acredita que parlamentares das "mais diversas correntes políticas" estão interessados em votar a favor. Sant'Anna admite, porém, que a questão é controversa e há liderança dentro do próprio "Centrão" que não aceita a inversão de pauta, como Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) e o líder pefelista José Lourenço (BA). "Exatamente por isso, é preciso conversar muito", diz.



Lourenço: votação antecipada de mandato poderá surpreender

Presidente articula pressão por mandato

O presidente José Sarney, na segunda reunião com ministros, ontem à noite, no Palácio da Alvorada, voltou a apelar no sentido de que os ministros intensifiquem os trabalhos junto às bancadas estaduais para que seja invertido o processo de votação na Assembleia Constituinte, com decisão imediata da duração de mandato e sistema de governo. O mesmo apelo foi feito pelo Presidente na noite de quarta-feira, quando se reuniu com sete ministros, além do líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna.

Da reunião de ontem, encerrada às 21h00 participaram os ministros Aluizio Alves, da Administração; Paulo Brossard, da Justiça; Almir Pazzianotto, do Trabalho; Hugo Napoleão, da Educação; Abreu Sodré, das Relações Exteriores; José Reinaldo, dos Transportes, e Vicente Fialho, da Irrigação. Acompanharam os trabalhos o ministro Ronaldo Costa Couto, chefe do Gabinete Civil, Carlos Sant'Anna e Henrique Hargreaves, subsecretários de Assuntos Parlamentares, do Gabinete Civil. O porta-voz do grupo foi o ministro da Administração.

"Em nove de estabilidade e da governabilidade — disse Aluizio Alves — é necessário que se detenha logo o tempo de mandato. Esta é a

opinião do Presidente e nós acreditamos também que os maiores interessados em eleições este ano, os que defendem o mandato de quatro anos, também devem ter pressa em votar a duração do mandato, pois só assim haverá tempo para se realizar as eleições até o final do ano".

Aluizio Alves disse ainda que apesar deste interesse, é muito difícil para "os quatraneiros" vencerem. "Nós temos maioria — afirmou o ministro — vamos vencer com a tese dos cinco anos, mas os que defendem quatro anos é que devem ter urgência. E, votados esse pontos polêmicos, a Constituição logo ficará pronta porque sobre os demais capítulos não há tantas divergências".

Informou ainda o ministro, que Sarney quer que seus colaboradores ajudem o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, no sentido de que se agilize o processo de votação. Quanto à estratégia a ser seguida, Aluizio Alves negou que ela será uma estratégia de pressão. "Não há orientação do Governo para pressionar, apenas dialogar com os parlamentares".

Embora o Presidente esteja reunindo seus ministros para inverter o processo de votação, nem todos no Governo comungam a ideia de que esta inversão seja vantajosa para o Governo.

Para Ulysses, não há acordo

O presidente da Constituinte e do PMDB, Ulysses Guimarães, deixou claro, ontem, que as resistências de alguns partidos inviabilizaram qualquer tentativa de inversão da pauta para permitir a votação prioritária da duração do mandato do presidente Sarney e do Sistema de governo. Diante das manifestações contrárias — observou Ulysses — "o que temos de fazer é cumprir o regimento, com a votação progressiva e ordenada de toda a matéria".

Ulysses procurou minimizar o noticiário sobre o empenho do Presidente da República, quanto à definição imediata do seu mandato: "Eu não sei de nenhuma pressão do presidente Sarney sobre a Constituinte. Conversei com ele pelo telefone, e ele não falou nada sobre o assunto".

Cercado pelos repórteres, Ulysses ironizou a insistência da imprensa — na realidade motivada pelo empenho do Palácio do Planalto — em relação ao tema do mandato presidencial: "Eu já sei o que vocês vão perguntar. Vocês querem saber sobre a inversão da pauta. Eu volto a dizer que existem no regimento duas dificuldades: uma, o artigo que estabelece votação progressiva. Outra é um dispositivo dizendo que a preferência não pode recair

sobre preceito estranho ao capítulo em discussão. A não ser que houvesse unanimidade em relação ao assunto — e já existem manifestações contrárias — o que temos de fazer é cumprir o regimento para a votação progressiva e ordenada da matéria".

Um repórter observou que o líder do Governo na Constituinte, Carlos Sant'Anna, considerou viável a apresentação de um projeto de resolução, com 280 assinaturas, para permitir a inversão da pauta, e mesmo assim Ulysses continuou reiterando a opinião de que, além das dificuldades regimentais, a votação prioritária do mandato esbarra nas reações divulgadas nos últimos dias.

Viagens
Quanto às viagens que fez nos últimos dias aos estados, Ulysses afirmou que os resultados, embora não o surpreendessem, foram animadores, dentro do propósito de intensificação dos trabalhos da Constituinte.

Ulysses reafirmou que outro tema das suas conversas com os governadores e outros correligionários nos estados foi a questão da unidade partidária — que, acrescentou — passará a ser objeto de maior atenção depois de concluídos os trabalhos da Constituinte.

Sarney afirma que mudança beneficia país

O presidente José Sarney justificou, ontem, em conversa com o senador Marcondes Gadelha, do PFL paraibano, a votação antecipada, na Constituinte, das questões políticas mais controversas, como a duração de seu mandato e o sistema de governo.

De acordo com o relato de Gadelha, Sarney acha que o suspense criado em torno desses dois assuntos, está prejudicando principalmente a tramitação de temas de maior interesse para o País.

Um desses temas comprometidos, no entender do chefe do Governo, é a reforma agrária. Para Sarney, se a Constituinte aprovasse agora a duração de seu mandato e o sistema de governo, a Assembleia passaria a discutir os temas econômicos e sociais, conscientizando a opinião pública sobre o caráter inadiável da reforma agrária no Brasil.

Marcondes Gadelha considerou válidos os argumentos do chefe do Governo, mas, na Constituinte, a tese encampada pelo presidente era contestada pela liderança do PT, sob a alegação de que aprovada antecipadamente a duração do mandato presidencial, os demais temas seriam incluídos na futura Carta de acordo com o pensamento conservador do Centrão.

Hipóteses

Do ponto de vista regimental, se o Centrão aprovar o pacote de emendas que encaminhou à Assembleia, com o apoio da maioria absoluta, qualquer modificação posterior a essas matérias exigirá, no mínimo, o voto de 280 constituintes. Em princípio, portanto, se o Centrão, com seus 316 integrantes, não comparecer mais às sessões da Constituinte, após a aprovação em bloco de suas emendas, nada mais será modificado. Assim, no entender do vice-líder do PT, deputado José Genoíno, a própria reforma agrária, em torno da qual o presidente Sarney manifesta tanto interesse, será aprovada como quer o Centrão.

Quanto à inversão defendida por Sarney, isso poderá efetuar-se em duas hipóteses: primeira, se todos os líderes partidários na Assembleia concordarem com a modificação; segunda, se a maioria absoluta na base do rol compressor, aprovar a inversão. Os líderes de vários partidos discordam da inversão e muitos centristas, embora favoráveis ao mandato de cinco anos para Sarney, também são contrários à modificação no regimento da Assembleia.

"Mas — insistiu Sarney, de acordo com o relato de Gadelha — seria bom para o Brasil que se fizesse tal inversão. O País está muito tenso em torno de questões políticas secundárias, quando devia preocupar-se com assuntos de interesse coletivo".

Na Assembleia, o apelo do presidente e as discordâncias do Centrão quanto ao problema regimental, eram considerados simples lances diversionistas, pois os Históricos do PMDB não crêem que os centristas hajam tomado uma posição antigovernamental, nesse assunto, senão para atrasar a aprovação da futura Carta.

PDT nega a pressa para votar mandato

Rio — O ex-deputado Doutel de Andrade, vice-presidente nacional do PDT, desmentiu ontem no Rio que o seu partido e o ex-governador Leonel Brizola estivessem a favor da inversão da pauta da Constituinte para antecipar a votação do mandato de Sarney.

Para Doutel de Andrade, "as notícias nesse sentido não passaram de um grande equívoco e foram prontamente desmentidas em Brasília por Brandão Monteiro, líder do PDT na Câmara".

O ex-deputado disse ainda que não há "interesses táticos" em apressar a votação do mandato de Sarney e que para o PDT, o melhor mesmo é deixar as coisas como estão, para que aumente ainda mais o desgaste do Presidente.

"Não temos interesse em antecipar nada. Que o Governo continue distribuindo os seus canais de televisão. O que queremos é esperar pelo aumento do clamor público", disse o dirigente pedetista.